

# SÃO PAULO

---

Lucio Kowarick e Milton Campanário

## **I. Grande São Paulo e a nova divisão internacional do trabalho**

Sede do assim chamado "milagre brasileiro", a malha urbana comandada pela cidade de São Paulo é a expressão maior do parque industrial implantado a partir do II pós-guerra. Representa, de um lado, o centro nervoso de acumulação do capital, onde as principais determinações macroestruturais da sociedade brasileira são forjadas. Por outro lado, a partir da década de 60, a Metrópole constitui importante mediação no processo de integração entre a economia do País e o mercado internacional. O espaço urbano forjado concentra não somente os meios de produção e de gerência das grandes empresas multinacionais, estatais e privadas nacionais, mas também a força de trabalho que impulsiona a vasta e complexa engrenagem econômica instalada na região. Contudo, deve ser salientado que a problemática urbana da Metrópole, que decorre da expansão econômica, acaba também por sobredeterminar as condi-

ções de reprodução do capital. Assim, o papel da Grande São Paulo no contexto do sistema econômico mundial deve ser avaliado através da relação entre as condicionantes estruturais, impostas pelo modelo de desenvolvimento dependente-associado, e as condições urbanas concretas que dão suporte a esta modalidade de acumulação.

A fim de explicitar esta relação, convém, de imediato, ressaltar que as relações econômicas internacionais, implantadas entre os países capitalistas centrais e a periferia do sistema desde o término da II Grande Guerra, estão profundamente marcadas pela crescente descentralização do aparato produtivo industrial. De fato, a antiga divisão internacional do trabalho, caracterizada pela concentração das atividades manufatureiras na Europa e Estados Unidos, cedeu lugar a uma configuração, que chamaremos de nova divisão internacional do trabalho, onde os novos países industrializados, ou NICs (*new industrialized countries*), ganharam

Uma versão ampliada deste ensaio foi escrita tendo em vista uma publicação editada por John Friedmann e Goetz Wolff, que reúne contribuições acerca de várias metrópoles latino e norte-americanas, européias e asiáticas. Os ensaios tiveram como referência um artigo elaborado pelos mencionados autores sobre a problemática que denominaram Cidades Mundiais: "World City Formation: an agenda for research and action", *International Journal of Urban and Regional Research*, 6, 3, 1982, pp. 311-344.

**Transnacionalização e megalópole**

---

# METRÓPOLE DO SUBDESENVOLVIMENTO INDUSTRIALIZADO

importância como centros de acumulação e valorização do capital multinacional. Paralelamente a este processo de internacionalização da produção de mercadorias e serviços no âmbito das economias periféricas, ganham força as regras impostas pelo sistema financeiro internacional que submetem as políticas nacionais aos interesses dos grandes bancos e empresas multinacionais.

Em termos gerais, a transnacionalização do capital tem sua origem na crescente integração de mercados entre as nações de industrialização avançada, particularmente Estados Unidos, alguns países da Europa Ocidental e, posteriormente, o Japão. Neste sentido, estima-se que, até meados da década de 70, somente 25% dos investimentos diretos norte-americanos destinaram-se aos países periféricos. No entanto, o acesso à força de trabalho barata e — em alguns casos, como Brasil, Argentina e México — a disponibilidade de mercado interno, relativamente amplo, constituíram fator importante no proces-

so de competição intercapitalista, tornando atrativos os investimentos diretos ou mesmo *joint ventures* nos NICs. Embora relativamente diminutos em termos da economia mundial, estes investimentos transformaram profundamente as estruturas econômicas e sociais dos países do Terceiro Mundo, que avançavam no percurso da industrialização dependente, tornando-os extremamente sensíveis às flutuações do capitalismo central.

A emergência dos NICs, cuja estrutura produtiva tende a descaracterizar a tipologia clássica da divisão internacional do trabalho, levanta questionamentos profundos em termos do conceito da "periferia" enquanto espaço homogêneo regulado por leis específicas do "desenvolvimento do subdesenvolvimento". De fato, a transnacionalização do capital produtivo é marcada por crescente heterogeneização no âmbito da periferia do sistema. Tal característica deriva, de um lado, da difusão internacional extremamente desigual do capital em termos de setores pro-

ditivos e, de outro, das condições específicas de sua valorização em cada país considerado. Neste sentido, deve ser assinalado que o Brasil desponta como caso singular na medida que, além de desenvolver inúmeros ramos industriais com forte participação do capital estrangeiro, conta com um setor de insumos básicos nacional bastante avançado, que tem forte participação estatal, e com mercado interno relativamente amplo.

Conforme pode ser visto na Tabela I, o setor de maior crescimento é o de bens de consumo durável, dominado em quase todos os ramos pelo capital multinacional. O aumento da capacidade instalada neste setor, bem como no de bens de capital e insumos básicos, teve consequências profundas. Inicialmente, ele demandou a importação de máquinas e equipamentos, pois o sistema econômico instalado no Brasil em boa medida ainda não os produzia. O financiamento destas importações, efetuado por companhias públicas e privadas, redundou no agravamento do balanço de pagamentos, particularmente durante os períodos de baixa demanda para os produtos exportados e de altas taxas de juros no sistema financeiro internacional.

Os investimentos diretos das empresas multinacionais foram feitos, via de regra, com grande apoio no capital nacional, particularmente de origem estatal, na forma de financiamento direto, provisão de infra-estrutura, incentivos fiscais e outras medidas altamente atrativas. Esta associação provou ser bastante custosa em termos de gastos públicos e suas conseqüentes pressões inflacionárias. De fato, ao criar as condições gerais e de infra-estrutura necessárias para o pleno funcionamento do capital industrial no setor transnacionalizado de consumo durável, o Estado investiu pesado em energia, transportes e insumos básicos, concentrando estes recursos especialmente na região liderada pela cidade de São Paulo. Cresce, assim, o peso relativo deste núcleo urbano não só enquanto receptor de investimentos diretos estrangeiros, mas também como espaço construído capaz de fazer circular o valor ali criado.

A ênfase da nova estrutura de produção no setor de bens de consumo durável, destinada em grande parte ao mercado interno, forjou uma estrutura de distribuição de renda extremamente concentrada, que, se foi parcialmente herdada do período anterior, acirrou-se bastante

Tabela I

**Brasil - Taxas Médias Geométricas Anuais de Crescimento da Produção Industrial e da Construção Civil (1947-1980)**

Período	Produção Industrial					
	Construção civil	Total da indústria	Bens de consumo	Bens de capital	Bens intermedíários	Bens de consumo não-duráveis
1947-55	5.5(*)	9.0(*)	17.1	11.0	11.8	6.7
1955-62	5.1	9.8	23.9	26.4	12.1	6.6
1956-67	2.8	2.6	4.1	2.6	5.9	0.0
1967-70	9.8	11.9	21.7	13.5	13.7	0.8
1970-73	12.0	13.5	25.5	22.7	13.2	9.1
1973-76	12.1	9.1	10.3	13.0	8.7	4.8
1976-80	6.2	6.4	8.6	3.4	8.0	4.1
1947-80	5.6(**)	8.5(**)	15.3	12.8	10.5	5.8

Fonte: Serra, José. *Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Após-guerra*, mimeo 1981.

(\*) Período 1949-1955.

(\*\*) Período 1949-1980.

a partir de 1960: funesta do ponto de vista de suas conseqüências sociais, ela foi equacionada ao novo perfil produtivo do País, na medida que possibilitou a realização do valor neste setor recém-implantado, em detrimento dos ramos mais tradicionais de consumo não-durável, como, entre outros, alimentação, têxtil e vestuário. Assim, o processo de internacionalização do mercado brasileiro presenciou a queda do poder econômico e político dos setores ligados ao capital nacional, que se tornou parceiro menor na sua associação com os grupos multinacionais e o Estado.

Para os propósitos deste artigo, vale ressaltar que a concentração industrial na região fez com que o produto por habitante na RMSP (Região Metropolitana de São Paulo) seja bem mais elevado que o imperante no resto do País. Contudo, isto não implica que o crescimento internacionalizado que se assentou na Metrópole trouxe melhorias no nível de vida da maioria de seus habitantes. Ao contrário, como veremos a seguir, esta modalidade de progresso econômico tem sido marcada por acentuada pauperização de parcela significativa das classes trabalhadoras.

## **II. São Paulo como metrópole do capital e do trabalho**

Na Região Metropolitana de São Paulo vivem cerca de 15 milhões de pessoas: atualmente, cerca de 500 mil habitantes a cada ano nela se aglomeram, apontando para uma tendência demográfica que, rapidamente, fará sua população se aproximar dos 20 milhões. A maioria é composta por assalariados mal remunerados, que moram em precárias condições habitacionais, gastam muitas horas diárias no dispendioso e fatigante transporte coletivo e alimentam-se mal. Além desta situação crônica, a partir dos anos 80, na Metrópole concentra-se crescente contingente de desempregados que a profunda crise econômica dos tempos recentes joga — sem qualquer amparo do Estado — para fora dos locais de trabalho.

Antes de aprofundarmos estas questões, convém caracterizar a RMSP no momento do "milagre" apontando as características desta notável e não menos funesta modalidade do crescimento econômico. O novo padrão de acumulação industrial, consolidado em menos de 15 anos a partir de 1958, só pôde convergir

para São Paulo porque a região dispunha de uma rede de serviços e infra-estrutura urbana relativamente bem provida. Dispunha também de indústrias que poderiam fornecer insumos necessários aos conglomerados fabris que se implantavam. Ademais, nela se apresentavam boas vantagens de localização, proximidade de mercados consumidores e oferta de mão-de-obra, inclusive especializada, fator de crucial importância para fazer girar um sistema produtivo que avançava no sentido de apresentar, do ponto de vista tecnológico e organizacional, as características de um capitalismo moderno.

Fruto de uma longa conjuntura de progresso que se expressa nos 7,1% de crescimento do Produto Interno Bruto entre 1950 e 1980, a Grande São Paulo, epicentro deste dinamismo, reunia, no final do período considerado, 36% do pessoal ocupado no parque manufatureiro do País, 46% do total de salários e 40% do valor da transformação industrial e dos investimentos de capital na indústria e forte presença em quase todos os ramos fabris. Na década de 70, esta concentração transborda a fronteira metropolitana, fazendo a chamada região do entorno (Sorocaba, Campinas e São José dos Campos) crescer a ritmos mais intensos que a própria Grande São Paulo.

Uma vez deflagrado este novo patamar de concentração regional do capital e de força de trabalho, São Paulo adquiriu características metropolitanas. Isto não só porque sua feição demográfica tornou-se agigantada ou porque houve rápida extensão de sua mancha urbana — atualmente com mais de 1.500 quilômetros quadrados —, mas, sobretudo, pelo papel econômico que passou a desempenhar sobre o território econômico nacional, aprofundando a tradicional divisão de trabalho interna à sociedade brasileira. De fato, empurrada sobremaneira pela pujança industrial e financeira sediada na RMSP, as demais regiões brasileiras iriam se moldar enquanto produtoras de artigos primários, ao mesmo tempo em que os investimentos privados, agrários, industriais ou de serviços, eram oriundos do excedente acumulado por grandes grupos empresariais nas áreas mais dinâmicas do País. Neste quadro, que acentuou as desigualdades inter-regionais, o grande capital — estrangeiro, nacional ou estatal — ocupou definitivamente o vasto território nacional, impondo um padrão de acumulação que levou adiante a me-

**Crescimento e pauperização, a síndrome de megalópole internacionalizada**

**Sampaulização e nordestinização, as portas do mesmo dilema**

canização do campo e a modernização da indústria, a concentração da propriedade e dos meios de produção. Desta forma, as regiões mais atrasadas se subordinaram, dentro de sua especialização produtiva própria, aos pólos mais avançados, acirrando a deterioração da relação de troca em favor das áreas econômicas mais

avançadas e dinâmicas lideradas por São Paulo.

Qualquer indicador sócio-econômico que se tome aponta enormes diferenças entre os padrões imperantes na Grande São Paulo, em relação aos existentes no restante do País. Contudo, guardadas as devidas diferenças, em todas as regiões,

Tabela II

**Município de São Paulo**  
**Evolução do preço do metro quadrado de terreno; salário mínimo**  
**e tempo necessário para aquisição da ração essencial mínima**

(1959 = índice 100)

Anos	I Preço do m <sup>2</sup> de terreno ( índice )	II Salário mínimo real médio anual (índice)	III Tempo necessário p/ aquisição da ração essencial		
			hs.	min.	índice
1959	100,00	100,00	65	05	100,00
1960	64,99	83,96	81	30	125,22
1961	—	93,36	71	54	110,47
1962	73,95	85,24 <sup>(1)</sup>	94	48	145,66
1963	—	75,02	98	20	151,09
1964	73,38	77,42	—	—	—
1965	—	74,35	88	16	135,62
1966	76,26	63,65	109	15	167,80
1967	—	60,31	105	16	161,74
1968	126,44	58,92	101	35	156,08
1969	—	56,70	110	23	169,60
1970	170,70	57,70	105	13	161,60
1971	—	55,22	111	47	171,75
1972	185,39	54,24	119	08	183,05
1973	—	49,70	147	04	225,97
1974	266,61	45,60	163	32	251,27
1975	—	47,60	149	40	229,96
1976	292,87	47,33	157	29	241,97
1977	—	49,32	141	49	217,90
1978	273,38	50,79	135	37	211,45
1979	—	51,26	153	04	235,00
1980	—	52,10	157	31	242,04
1981	—	52,94	149	40	229,97
1982	—	55,27	131	22	201,72
1983	—	46,97	176	33	271,06
1984	—	43,57	194	38	298,06

Fontes: I — COGEP, 1979 (preços de 1975, mediana).

II e III — DIEESE, 1985.

<sup>(1)</sup> A partir de 1962, inclui o 13.º salário.

inclusive na Grande São Paulo, o modelo econômico implantado nos últimos 20 anos, malgrado a enorme produtividade das empresas, reproduziu e aprofundou um padrão perverso de capitalismo, associando crescimento econômico à acentuada pauperização que desabou sobre a maioria dos trabalhadores.

Neste particular, convém apontar que na região mais rica do País, sede do avanço da industrialização impulsionado pelo grande capital, o salário mínimo decresceu em termos reais, entre 1959 e 1984, mais de 55% (veja Tabela II): esta enorme redução adquire sua real significação quando se tem em conta que não se trata, pelo menos até 1980, de momento de crise, mas de tendência estrutural da economia brasileira das últimas décadas.

A acentuada exploração da mão-de-obra torna-se evidente quando se tem em conta que quem ganhava, em 1984, três salários mínimos mensais dispndia um número de horas equivalente para adquirir a mesma cesta alimentar em relação ao poder de compra de um salário mínimo do final dos anos 50. Pode ser argumentado que atualmente poucos auferem este nível de remuneração. Isto, sem dúvida, é verdadeiro, pois este contingente abrange apenas 12% dos trabalhadores da Grande São Paulo. Mas, se ele afeta um número reduzido, constitui um parâmetro que influencia as faixas de remuneração imediatamente superiores, constituindo-se num farol que ilumina o espectro salarial da classe trabalhadora. Neste sentido, deve ser ressaltado que, somando-se todas as suas fontes de renda, 57% dos trabalhadores da RMSP ganham até três salários mínimos por mês e 77% auferem até cinco vezes este padrão de remuneração.

A diferença dos anos mais recentes é que, no percurso da década de 70, a expansão econômica garantiu uma geração de empregos que incorporou grande número de trabalhadores, amenizando, até certo ponto, as conseqüências sociais da deterioração salarial, processo que é drasticamente revertido no presente decênio.

Apesar do crescimento industrial ter-se processado através do aumento da produtividade nos setores dinâmicos transnacionalizados, as formas de exploração do trabalho também apoiaram-se na contenção salarial, na extensão da jornada e nas precárias condições de trabalho. Forjou-se, assim, um capitalismo tecnolôgica-

mente moderno, mas que guardou inúmeras modalidades de extração da mais valia na sua forma absoluta, para as quais o caráter repressivo do Estado foi de fundamental importância. No âmbito deste ensaio, é importante ressaltar que semelhantes métodos de exploração não se restringem à órbita das relações capital/trabalho, mas estendem-se a todos aqueles itens da cesta de consumo que determinam o valor da força de trabalho. Neste particular, desponta a importância dos bens de consumo coletivos que o meio urbano deveria oferecer através da mediação do Estado: transportes, saneamento, saúde, segurança, educação, bem como moradia, cujo padrão de habitabilidade também depende destes e de outros serviços e equipamentos públicos.

Deve ser assinalado que o caráter segregador e excludente do Estado está também presente a nível urbano. De fato, enquanto as associações entre as grandes empresas e o Poder Público garantiam às primeiras as condições de infra-estrutura e serviços necessárias à rápida rotação do capital e sua posterior valorização, a força de trabalho assistia a um processo de deterioração dos padrões urbanos de vida. Neste quadro, as condições de existência que tipificam o cotidiano da classe trabalhadora na Região Metropolitana estão intimamente associadas ao que se convencionou chamar de "padrão periférico de crescimento urbano".

O processo de assentamento urbano desencadeado reservou as áreas centrais, melhor equipadas, às camadas de médio e alto poder aquisitivo, e segregou a classe trabalhadora nas múltiplas, longínquas e rarefeitas periferias da Metrópole, particularmente no entorno dos principais troncos ferroviários e rodoviários. Este padrão de assentamento provocou um aumento de nove vezes da mancha urbana nas três últimas décadas. Somente nos anos 80 foram incorporados 480 km<sup>2</sup> de áreas periféricas, que permanecem desprovidas dos principais serviços urbanos necessários à reprodução da força de trabalho. Marcado por intensa retenção especulativa da terra, este processo de expansão causou uma série de conseqüências extremamente custosas do ponto de vista econômico e nefastas do ângulo propriamente social. Tanto é assim que a terra retida para fins especulativos — que atinge, em São Paulo, 43% da área disponível para edificação — tem um profundo impacto sobre os

**Autoritarismo  
e crescimento.  
Foi só acaso?**

### A vulnerabilidade da megalópole à crise

custos de urbanização, que dependem, em grande medida, da densidade de uso e das formas de ocupação do solo. Como o custo médio *per capita* de urbanização cresce na medida que diminui a densidade de uso dos equipamentos coletivos, sua ociosidade significa maiores gastos e menor retorno social das benfeitorias injetadas no cenário metropolitano. Os vazios existentes na RMSP geram, portanto, uma situação crítica do ponto de vista dos investimentos públicos; pois crescentes recursos são necessários para enfrentar problemas urbanos sempre maiores, na medida que a capacidade instalada é subutilizada, fazendo aumentar os dispêndios para o atendimento das necessidades básicas da população em serviços e equipamentos coletivos.

Se visto da perspectiva da classe trabalhadora, o crescimento periférico significa violenta segregação sócio-espacial, pois o alto valor dos imóveis torna-se um obstáculo ao acesso aos serviços urbanos existentes. Bloqueadas estas áreas bem providas, a população trabalhadora é jogada para regiões longínquas, favelas ou cortiços, estes últimos também crescentemente localizados nas periferias da Metrópole.

Seria ocioso arrolar um conjunto de indicadores acerca da precariedade do cotidiano na Grande São Paulo. Basta dizer, neste sentido, que o tempo de locomoção entre a residência e o local de emprego em transporte coletivo está, frequentemente, em torno de três horas diárias. A maioria das habitações apresenta péssimas condições de higiene e saneamento, situa-se em meio a ruas sem pavimentação, onde a erosão come os terrenos e são frequentes as inundações. Estima-se que o contingente de favelados da cidade ultrapassa 8% da população (eram 2% em meados da década passada), que os residentes em cortiços estejam em torno de 20% (eram 7% em 1973) e que a terça parte dos habitantes de São Paulo mora em casas autoconstruídas: casas próprias, feitas pelos próprios proprietários, no que ironicamente se chama de "tempo livre", situadas em zonas distantes e desprovidas de serviços básicos. São fórmulas habitacionais diversas, mas todas elas extremamente danosas para seus moradores. Ao mesmo tempo, são eficazes no barateamento dos custos de reprodução de mão-de-obra para uma modalidade de capitalismo apoiada na

pauperização absoluta de grande parcela da força de trabalho.

### III. A Grande São Paulo no contexto da crise econômica

Grande São Paulo no auge da crise em finais de 1983: cerca de 1,5 milhão de desempregados, o que corresponde a 20% da população economicamente ativa. Mais de 40% da força de trabalho, quando a estes se juntam os subempregados. De fato, se adotarmos um índice 100 para a oferta de emprego em 1980, este cai para 72, em 1981 e 1982, e para 51, no trágico 1983. No ano seguinte, a recuperação econômica provocou uma pálida melhora no nível de oferta de empregos, fazendo o índice atingir 59. É importante observar que o nível de emprego de 1983 equivale ao de 1973, situação que assume sua plena significação quando sabemos que nestes dez anos a população da região aumentou 30%. Por outro lado, sabe-se que a reativação da economia necessita atingir uma média mínima de 5% ao ano para que o nível global de emprego de 1980 seja retomado no final do presente decênio.

Na atual crise, o desabamento da atividade econômica penalizou praticamente todas as categorias de trabalhadores. Os dados da Tabela III, embora restritos à categoria dos metalúrgicos do Estado de São Paulo, ilustram alguns aspectos da crise. Assim, evidencia-se que apesar dos 4% de crescimento econômico em 1984, o número de trabalhadores no setor continuou a despencar (24%), juntamente com a perda de poder aquisitivo: entre março/80 e março/84, o salário médio subiu 22,8% e o custo de vida aumentou 24,4%. Esta perda torna-se mais relevante quando se tem em conta que, para os trabalhadores que recebem até três salários mínimos na cidade de São Paulo, houve uma acelerada evolução das despesas com alimentação, atingindo, nos anos 1983-84, uma média de cerca de 60% do total dos gastos. Isto decorre de o principal fator de expansão da economia ter sido a exportação, em detrimento daqueles setores voltados à produção de gêneros de consumo de primeira necessidade. Assim, se tomarmos um índice 100 para 1977, verificamos que a produção de gêneros alimentares destinados ao mercado interno caiu sistematicamente, até atingir, em 1984, o índice 84.

### Enfarte no coração industrial

**Tabela III**  
**Metalúrgicos do Estado de São Paulo**  
**Comparação entre Salário Médio, Massa Salarial, INPC e Índice de Custo de Vida**  
**(DIEESE-SP e FIPE-SP)**  
**1980/1984**

Anos	Salário médio (cr\$ correntes)	Variação (%)	IVC / DIESEL-SP (mar / mar)	INPC (mar / mar)	IVC / FIPE-SP (mar / mar)	Nº de trabalhadores	Massa salarial (cr\$ milhões corr.)	Variação (%)	IGP / DI (mar / mar)
1980	11.386,15	—	—	—	—	1.003.831	11.430	—	—
1981	23.259,77	104,3	107,0	98,8	96,3	987.065	22.959	100,9	121,2
1982	53.230,90	128,9	89,0	96,0	85,7	867.147	46.167	101,1	91,5
1983	112.203,33	110,7	120,3	109,1	112,7	798.638	89.610	94,1	109,7
1984	259.764,97	131,5	182,7	170,4	171,2	769.389	199.860	123,0	229,7
<b>Variação acumulada mar-80/mar-84</b>	22,8	—	24,4	22,8	21,0	—	17,6	—	29,3

Fonte: Guias de Recolhimento da Contribuição Sindical.  
 Elaboração: DIEESE e Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo.

O inverso ocorre com os produtos exportáveis que atingem o índice 113 no mesmo período. Se considerarmos isoladamente a produção de cana-de-açúcar, cultura que atende fundamentalmente à demanda energética que impulsiona a frota de veículos, o mesmo índice salta para 175, contrapondo-se à produção de carne, que permaneceu praticamente estacionária no período.

Estes dados apontam com clareza a dimensão da atual crise, que também se afigura dramática no horizonte próximo, principalmente na Região Metropolitana de São Paulo, pois ela afeta de modo mais intenso o coração industrial do país. Acentua-se aí o contraste entre privilégio de poucos e exclusão social e econômica de imensa maioria como resultado do encontro da pobreza do trabalhador com a pobreza da grande cidade, onde a favela é a sua expressão mais visível. Neste quadro, é tedioso repetir o relato daqueles para os quais as consequências da crise foram mais dramáticas: criminalidade, fome, desintegração pessoal e familiar, biscates ou mendicância integraram-se na banalidade do cotidiano da metrópole.

Metrópole que articula o capitalismo transnacionalizado no âmbito da sociedade brasileira, nela concentrou-se o progresso econômico da época do "milagre brasileiro", que foi, como mostramos, extremamente danoso para a maioria dos trabalhadores. Na década atual, dado o quadro excludente que continua a impe-

rar na sociedade brasileira, as enormes consequências sociais da derrocada econômica em curso continuarão desabando, fundamentalmente, sobre a classe trabalhadora e sobre setores importantes das camadas médias, onde o desemprego também tem penetrado de forma bastante aguda.

Contudo, o destino não está de antemão traçado. Ele depende da capacidade de luta das diversas forças sociais e políticas que se confrontam na arena brasileira: sede do grande capital e espaço onde se concentra vasto contingente de mão-de-obra, na metrópole agudizam-se as contradições sociais e avolumam-se experiências de reivindicação e conflitos que se processam tanto no âmbito das fábricas como nos bairros populares. Na atual conjuntura de crise, a Grande São Paulo, certamente, será o cenário onde se desenvolverão confrontos de importância estratégica para o futuro de milhões de pessoas.

Caso exemplar de cidade mundial da periferia capitalista que se industrializou sob a égide de um modelo dependente-associado que tem excluído a muitos dos benefícios do progresso, São Paulo de hoje sintetiza, do ponto de vista da justiça social, a falência de uma modalidade de crescimento econômico.

**Novos Estudos CEBRAP, São Paulo**  
**n.º 13, pp. 66-73, out. 85**

Lucio Kowarick é professor do Depto. de Ciências Sociais da USP e membro do CEDEC.  
 Milton Campanário é do Depto. de Economia da USP.